

# Impacto da nova Desvinculação de Receitas da União para o Sistema Único de Saúde

*Impact of new Discharge of Union Recipes for Health System*

Maria Cristina Sanches Amorim<sup>1</sup>, Flávio Morgado<sup>2</sup>

São tempos de vacas magras no Brasil de 2016, escasseia o dinheiro para alimentá-las. A queda, em 2015, de 3,8% do produto interno bruto (PIB) não deixa dúvida, estamos em recessão, a pior desde 1990, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escassez, no entanto, não se distribui igualmente no reino do orçamento público: há vacas magras sob risco de perder mais peso e vacas gordas que continuarão bem alimentadas. Foi aprovada no Senado a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 143/2015 para aumentar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20 para 30%, que retira recursos do Orçamento da Seguridade Social — entre esses, os direcionados à saúde — para destiná-los ao pagamento da dívida interna, leia-se, juros a bancos e rentistas.

Em 1994, a União estabeleceu o Fundo Social de Emergência, rebatizado de Fundo de Estabilização Fiscal, hoje conhecido como DRU, instrumento pelo qual retira dos programas sociais, aos quais estão constitucionalmente vinculados, até 20% dos recursos. A DRU, mantida por renovações a cada quatro anos, expirou em dezembro de 2015 e a PEC, além de aumentar a alíquota, estende a DRU até o final de 2023, retroativa a janeiro de 2016 e desobriga também, na mesma proporção, os municípios e Estados dos gastos obrigatórios (a PEC cria a Desvinculação das Receitas Municipais e Desvinculação das Receitas Estaduais).

De acordo com o Professor Doutor Áquilas Mendes, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), as despesas com o combate ao *Aedes aegypti*, zika vírus e H1N1 (e demais doenças associadas) criaram, a partir de 2014, déficit de R\$ 20 bilhões no orçamento da saúde. O desemprego e a perda de renda real dos cidadãos aumentarão a procura pelos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda assim, os recursos do Orçamento da Seguridade Social — serviços de saúde, previdência e assistência social, as vacas muito magras — podem sofrer cortes significativos. Um estudo elaborado pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados aponta que a perda de recursos para a área da saúde pode chegar a R\$ 63 bilhões em 2025, segundo o *Jornal Valor Econômico* de 24 de agosto de 2016.

As vacas gordas vivem na rubrica Juros e Amortizações da Dívida do Orçamento Geral da União. Representam mais de 45% do total das despesas, percentual que aumenta sempre que a taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) sobe, em tese, para provocar recessão e debelar a inflação. O orçamento da saúde, por sua vez, mal atinge 4% das despesas.

Os setores comprometidos com o SUS precisam continuar a defendê-lo.

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais – Sorocaba (SP), Brasil.

<sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde – Sorocaba (SP), Brasil. Contato: cris.amorim@puccsp.br